

ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ

Nome: Comitê Gestor Regional para Implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição

Coordenador: Desembargadora Ivete Ribeiro **Email:** gabiveteribeiro@trtsp.jus.br **Tel:** ramal 2262

2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 17/09/2015 **Hora:** 17h30min às 19h45min **Local:** Auditório da EJUD, 10º and. do Fórum Ruy Barbosa

Tipo de reunião: quarta reunião ordinária do Comitê

Objetivo: continuidade de discussão dos temas relacionados ao Comitê

3. PARTICIPANTES

Nome	Lotação	Email
Desembargadora Ivete Ribeiro	4ª Turma	gabiveteribeiro@trtsp.jus.br
Juiz Samir Soubhia	22ª Vara do Trabalho de São Paulo	samir.soubhia@ig.com.br
Juiz Leonardo Grizagoridis da Silva	83ª Vara do Trabalho de São Paulo	leogriza@gmail.com
Juiz Marcelo Azevedo Chamone	54ª Vara do Trabalho de São Paulo	chamone78@yahoo.com.br
Alexandre Miranda Lorga	71ª Vara do Trabalho de São Paulo	alexandre.lorga@trtsp.jus.br
Dennis Henrique Takenaka	16ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo	dennis.takenaka@trtsp.jus.br
Tarcísio Ferreira	SINTRAJUD	tarferreira@ibest.com.br / tarcisio.ferreira@trtsp.jus.br
Nivaldo Catania	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira	scof@trtsp.jus.br
Bruno Motta de Andrade	Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos	ngpe@trtsp.jus.br

4. PAUTA

- Apresentação do processo orçamentário
- Questionário enviado pelo CSJT (Guia de Implementação 2015-2016 - Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau)

5. DISCUSSÕES

A Desembargadora Ivete iniciou a reunião abordando a pauta, passando em seguida a palavra ao Diretor Nivaldo, solicitando informações sobre a política de separação orçamentária recentemente implementada em outros tribunais federais.

O Diretor da SCOF lembrou que este Comitê acumula também as atribuições do Comitê Orçamentário de 1º Grau de Jurisdição. Opinou que é de extrema importância o mapeamento das demandas da primeira instância para compor o orçamento. Explicou então como ocorre o processo orçamentário: o planejamento se inicia com um ano de antecedência, normalmente em meados de março, quando é recebida mensagem do CSJT para que seja iniciada a preparação do orçamento do TRT; neste momento são consultadas diversas áreas, principalmente aquelas que efetivamente participam da execução orçamentária; após a montagem dessa proposta orçamentária prévia (POP), a mesma é enviada até meados de abril ao CSJT (neste momento do processo não há limites de valor para o pedido); o CSJT é o órgão setorial que centraliza e compila as demandas para formatar a proposta orçamentária da Justiça do Trabalho; paralelamente tramita a LDO, que definirá o montante a ser gasto pela União no ano seguinte; por fim, após a aprovação da LDO, o CSJT recebe os limites orçamentários, repassando a informação para os tribunais, que precisam adequar os itens orçamentários em curto espaço de tempo (normalmente 2 dias) e lançar as informações em sistema informatizado (SIOP), em geral no início de agosto.

A Desembargadora Ivete questionou se os itens são detalhados ou genéricos, ao que o Diretor Nivaldo respondeu que a maioria dos itens são bem analíticos. Esclareceu que no momento da POP são listadas apenas demandas novas, pois aquelas que são decorrentes de contratos previamente firmados já estão contempladas. Informou então como em geral está distribuído o

orçamento: 83% para despesas com pessoal, 5% em benefícios e 12% para despesas custeio. Acrescentou que apenas pequena parte do orçamento é passível de readequação, sendo que grande parte é obrigatória.

A Desembargadora Ivete abordou que no PEI há dois objetivos estratégicos diretamente relacionados à primeira instância: Objetivo 07 (Garantia da razoável duração do processo na prestação jurisdicional) e Objetivo 08 (Garantia da efetividade na prestação jurisdicional). O Diretor Nivaldo esclareceu que alguns itens orçamentários podem ser realocados dentro do próprio ano, a critério da administração, de acordo com a urgência e prioridades, sendo essa uma outra hipótese para viabilizar projetos em mais curto prazo. De outra forma, as demandas deveriam ser apresentadas nos prazos supracitados, em abril de um ano para entrar no orçamento do ano seguinte. Esclareceu que a maioria dos recursos provém dos recursos orçamentários da união, mas também das cobranças de custas e emolumentos e de convênios, como o firmado com o Banco do Brasil.

O Diretor Dennis questionou se existe previsão de locação de prédio para o fórum da zona norte no próximo ano, ao que o Diretor da SCOF confirmou. Acrescentou que por conta da atual crise os recursos estão minguando cada vez mais e que, além disso, a inflação está pesando na correção de diversos contratos já firmados. Esclareceu ainda que no ano corrente também não havia previsão de recursos para pagamento do auxílio moradia, o que demandou grande esforço da Administração para cobrir esse custo. No entanto, esse recurso já compôs a proposta orçamentária prévia do ano seguinte.

O Diretor do SINTRAJUD questionou, em relação ao Anexo V da LOA, se já há previsão da quantidade de cargos que serão providos, ao que o Diretor Nivaldo respondeu ainda não ter essa informação.

Com relação à distribuição do orçamento, a Resolução nº 195 do CNJ foi publicada em junho de 2014, sendo que a proposta orçamentária já havia sido enviada em abril e os limites foram repassados pelo CSJT em julho. O Diretor da SCOF informou que, à época, não havia diretrizes claramente definidas para a separação do orçamento entre as instâncias. O Conselho então orientou que o critério a ser utilizado deveria ser o volume de processos julgados em cada instância e os respectivos acervos. Assim sendo, em torno de 90% foi destinado à primeira instância e o restante à segunda. Ressaltou que ainda há uma série de questões que não estão bem definidas, principalmente quanto às despesas administrativas, que não estão diretamente relacionadas a nenhuma instância. Complementou informando que apenas as despesas de custeio estão afetas a essa divisão e, para o ano seguinte, o TRT já recebeu os novos limites, estando prestes a fazer a divisão do orçamento de 2016 seguindo os mesmos critérios, que resultou na divisão de 91% para o primeiro grau e 9% para o segundo, o que será publicado em setembro e, em janeiro de 2016, a execução do orçamento do ano corrente.

O Diretor Alexandre questionou a possibilidade de divisão também da despesa de pessoal, acrescentando que seria algo viável de diferenciar, ao que Nivaldo explicou que o cálculo da folha de pagamento não é detalhado por instância, mas que talvez isso mude com a recente implantação do SGRH. Alexandre ressaltou que esse seria um dado importante para essa análise, principalmente no momento atual de reestruturação administrativa do Tribunal.

O Diretor da SCOF opinou que o Comitê deve elencar as demandas da primeira instância para integrá-las à proposta orçamentária do tribunal.

Alexandre questionou qual o objetivo real dessa divisão, ao que Nivaldo respondeu não saber, sendo essa uma prática comum na Justiça Federal. Dennis opinou que essa divisão foi feita de forma a engessar, limitar e priorizar a execução orçamentária para cada instância.

O Diretor da SCOF esclareceu que esteve recentemente em um evento em que foi abordada a possibilidade de mudanças no tratamento de algumas questões e que a norma é passível de republicação.

A Desembargadora Ivete agradeceu a presença de Nivaldo e as valiosas informações trazidas para conhecimento dos membros deste Comitê, ao que o Diretor da SCOF agradeceu o convite e se colocou à disposição para participar de outras reuniões. Destacou que está havendo reestruturação do processo orçamentário para abrir espaço para que as diversas áreas do tribunal participem e apresentem suas demandas em Sistema informatizado, e que este Comitê vem para agregar muitas informações valiosas.

Em seguida, a Desembargadora Ivete deu as boas vindas ao Diretor Dennis Henrique Takenaka como novo membro titular do Comitê.

Na sequência, abordou um e-mail recebido há aproximadamente vinte dias, enviado pelo ex-conselheiro Rubens Curado. Foi informado não haver uma previsão para a realização de palestra no TRT 2 para esclarecimentos sobre o papel do Comitê e solicitado que aguardasse algum tempo, pois o CNJ está se estruturando para atender as demandas de diversos tribunais.

A Desembargadora Ivete ressaltou que recebeu ainda outro e-mail, contendo manual e questionário sobre as atividades do Comitê, abordando os itens que considerou mais importantes. Acrescentou que este documento não é o definitivo, o qual será oficialmente enviado à administração de cada Tribunal futuramente. Relatou ainda que está em contato com membros de comitês de outros regionais, os quais apresentam dificuldades semelhantes.

Em seguida, informou que possivelmente o regimento deste Comitê será publicado em breve. Quanto ao ofício com pedido de informações sobre projetos e andamentos afetos à primeira instância, destacou que o mesmo será despachado em breve.

abordou a possibilidade de agendar reunião com o Ministro Corregedor do TST para abordar como estão os trabalhos do Comitê.

A Desembargadora Ivete informou que tem recebido questionamentos sobre os canais de comunicação utilizados pelo Comitê e sobre a reestruturação administrativa do Tribunal.

Sobre a viabilização de um canal de comunicação, o Diretor Dennis informou que muitos colegas têm entrado em contato com interesse em submeter a apreciação do Comitê problemas pessoais e pontuais. Discutiu-se que o Comitê está no início dos trabalhos, e talvez a abertura de possibilidade de participação para servidores externos pode frustrar aqueles que não conseguirem resolver demandas deste tipo. O Diretor Tarcísio sugeriu que inicialmente talvez seja interessante apenas informar o público interessado sobre as atividades através de publicações de notícias. A Desembargadora Ivete opinou que isso poderia também ser veiculado nos canais do SINTRAJUD e AMATRA, e que aos poucos a atuação do Comitê abrirá cada vez mais caminhos para a participação.

Quanto aos questionamentos sobre a reforma administrativa do Tribunal, o Juiz Marcelo destacou que a AMATRA recebeu uma resposta com excesso de informações, mas que contempla a solicitação de informações sobre a distribuição de funções e cargos comissionados. Questionou-se principalmente a disparidade na distribuição deles entre o primeiro e segundo graus e a área administrativa. Os presentes opinaram que a área administrativa concentra muitos cargos e funções, e que este é o momento para que isso seja revisto de forma mais equânime para priorizar a atividade-fim do Tribunal.

Por fim, a Desembargadora Ivete acrescentou que o objetivo da reunião foi atingido, que foi essa prestação inicial de informações quanto ao orçamento, prestadas pelo Diretor Nivaldo, e apresentar as questões levantadas pelo questionário recebido, sendo que uma das principais é a participação efetiva do Comitê junto à administração e planejamento do Tribunal.

O Juiz Marcelo informou que a diretoria da AMATRA solicitou participar da próxima reunião do Comitê, ao que a Desembargadora Ivete concordou e acrescentou que deverá também ser solicitada uma reunião com a Dra Maria Doralice para que o Comitê exponha suas preocupações e posições quanto à reforma administrativa que está sendo feita pelo Tribunal.

Encerrou a reunião solicitando aos presente a leitura do material ora apresentado para posterior discussão.

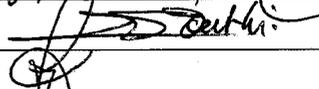
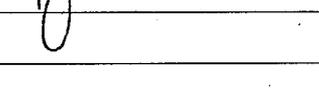
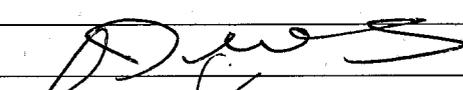
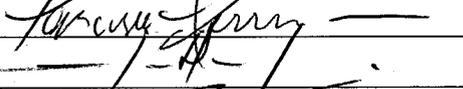
6. ENCAMINHAMENTOS

Ação/medida a ser tomada	Responsável	Data
Agendar reunião com o Ministro Corregedor do TST	Marcelo	
Encaminhar norma do CPG aos membros do Comitê	Bruno	
Dar feedback quanto à resposta do ofício e do protocolo	Ivete	

7. FECHAMENTO

Data, hora e local da próxima reunião: a ser agendada oportunamente.

8. ASSINATURAS

Nome	Assinatura
Desembargadora Ivete Ribeiro	
Juiz Samir Soubhia	
Juiz Leonardo Grizagoridis da Silva	
Juiz Marcelo Azevedo Chamone	
Alexandre Miranda Lorga	
Dennis Henrique Takenaka	
Tarcísio Ferreira	
Nivaldo Catania	
Bruno Motta de Andrade	